

Cadernos  
**IHU** *ideias*



Ano 13 • nº 228 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316



A vida, o trabalho, a linguagem.  
Biopolítica e biocapitalismo

Sandro Chignola

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



 UNISINOS

A vida, o trabalho, a linguagem.

Biopolítica e biocapitalismo

*Life, work, language.*

*Biopolitics and biocapitalism*

*Sandro Chignola*

Universidade de Padova

## Resumo

O artigo faz memória de como o termo biopolítica foi cunhado e utilizado, muito antes de Foucault, fazendo referência a uma implementação da ciência política. Apresenta uma relação contextual dentro da qual os saberes e poderes evoluem apoiando-se uns sobre os outros e sobre a relevância dos processos que se combinam para estabelecer como segmentos para a valorização do capital e para as atividades das empresas.

**Palavras-chave:** biocapitalismo, biopolítica, linguagem, trabalho, vida.

## Abstract

The article describes how the word biopolitics was coined and used, much before Foucault, making reference to an implementation of political science. It presents a contextual relationship in which knowledge and power evolve by relying on each other and on the relevance of processes that are combined to be established as segments for the valuing of capital and for the activities of companies.

**Keywords:** biocapitalism, biopolitics, language, work, life.

Cadernos  
**IHU** *ideias*

**A vida, o trabalho, a linguagem.  
Biopolítica e biocapitalismo**

Sandro Chignola

Universidade de Padova

ano 13 • nº 228 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316

Tradução de Sandra Dall Onder

 UNISINOS

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS 

**Cadernos IHU ideias** é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

## UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

**Reitor:** Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

**Vice-reitor:** José Ivo Follmann, SJ

### Instituto Humanitas Unisinos

**Diretor:** Inácio Neutzling, SJ

**Gerente administrativo:** Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

## Cadernos IHU ideias

Ano XIII – Nº 228 – V. 13 – 2015

ISSN 1679-0316 (impresso)

**Editor:** Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

**Conselho editorial:** Lic. Áttila Alexius; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

**Conselho científico:** Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

**Responsável técnico:** Lic. Áttila Alexius

**Arte da capa:** Patrícia Kunrath Silva

**Revisão:** Carla Bigliardi

**Editoração eletrônica:** Rafael Tarcísio Forneck

**Impressão:** Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003)- . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .  
v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467

Email: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br)

## A VIDA, O TRABALHO, A LINGUAGEM. BIOPOLÍTICA E BIOCAPITALISMO<sup>1</sup>

Sandro Chignola

Universidade de Padova

1. Não é fácil falar sobre o tema solicitado. Não me é fácil, por duas razões. A primeira diz respeito à minha relutância em voltar ao tema que, em âmbito filosófico político, tornou-se o “cânone” filosófico da biopolítica. Foucault, Benjamin, Arendt e, em seguida, o uso feito por Agamben, Negri-Hardt ou Esposito. A segunda dificuldade que tenho, dificuldade provavelmente só minha, é iniciar uma apresentação sobre os saberes e sobre os poderes da biopolítica para que sejam apresentados, por assim dizer, fora da ordem do discurso com o qual estou comprometido, uma parte que é basicamente minha, da filosofia política contemporânea. Portanto, não vou falar sobre o mérito da questão, de como esta discussão evoluiu; também não falarei sobre as questões de filologia que surgiram pelo uso das categorias foucaultianas por autores que se referem de modo muito diferente e, em alguns casos, submetendo-as a uma distorção consciente. O que me proponho a fazer nesta ocasião é algo diferente, especialmente *mapear* os processos dentro dos quais os saberes e os poderes agem uns sobre os outros em um processo de *coprodução circular sobre-determinada* pela axiomática do capital e por algumas formas contemporâneas de acumulação.

Obviamente, não é por acaso o uso do termo “surdétermination” que Althusser toma de Lacan (ALTHUSSER, 1965). Esclarecendo a premissa das páginas que seguem, não desejo me referir a uma transformação do capital (ou a uma fase particular que marcaria uma “época”) que poderia

---

1 Conferência proferida no XVII Simpósio Internacional IHU: Saberes e Práticas na Constituição dos Sujeitos na Contemporaneidade, V Colóquio Latino-Americano de Biopolítica e III Colóquio Internacional de Biopolítica e Educação, iniciativa do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Leram este texto com antecedência, fazendo críticas e sugestões: Pierpaolo Cesaroni, Federico Tomasello, Girolamo De Michele, Sandro Mezzadra, Clara Mogno, Lorenzo Rustighi e Giulia Valpione. Agradeço-Ihes.

estar diretamente relacionada, em um sentido causal, a um valor definido ou a uma atividade da “vida”, mas sim a uma relação *contextual* dentro da qual os saberes e poderes evoluem apoiando-se uns sobre os outros e sobre a relevância dos processos que – vou tentar mostrar – se combinam para estabelecer como segmentos para a valorização do capital e para as atividades das empresas. Por isso, uso de alguma precaução para citá-las.

A primeira preocupação: em minha opinião, é totalmente inadequado adotar o conceito de biopolítica como um indicador de um período de transição. Não é assim em Foucault e não pode ser assim em relação a Deleuze e Guattari (1980) e Mezzadra e Neilson (2013a). Deste modo, intitulei como a axiomática do capital.

Se for verdade que hoje, mais do que nunca, o capitalismo e as formas de regulação que o fundamentam tendem a uma espécie de isomorfismo – o neoliberalismo como a “nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2009) faz com que o espírito empresarial e a concorrência sejam a norma universal de conduta, tocando todas as esferas da existência –, é igualmente verdade que o *isomorfismo* e a *homogeneidade* não são, de fato, a mesma coisa. Para um elevado grau de isomorfismo corresponde, na axiomática do capital, um elevado grau de *heterogeneidade*. Uma heterogeneidade relativa ao tipo de acumulação e de exploração, difícil de descrever como um estágio – seria no máximo uma *tendência*, que traz consigo a ambiguidade, a contradição, a ambivalência –, e que, ao contrário, aparece como uma relação multilateral e complexa que marca o mundo do capital, o seu funcionamento em relação à subordinação da vida.

Em segundo lugar, tendo sido chamado para falar sobre os saberes e os poderes da biopolítica, seria longo o discurso sobre as maneiras de como se pode construir a mesma ordem do discurso “biopolítico”. A sedimentação do “cânone” com o qual iniciei a minha fala é feita também por uma institucionalização do pensamento crítico que passa através de departamentos de “governmentality studies”, traduções, operações de marketing editorial e acadêmico e que, a meu ver, parece atuar como um dispositivo de captura. Uma política da filosofia pode ser entendida no sentido objetivo e no sentido subjetivo do genitivo. Em certos aspectos, o uso do termo “biopolítica” – em alguns casos indica a mesma especificidade de uma suposta “Italian theory” (GENTILI, 2012; GENTILI; STIMILLI, 2015; CHIGNOLA, 2015a) – corresponde ao uso objetivo do genitivo: uma política voltada a fazer da filosofia uma empresa, uma possibilidade de carreira, um *business*. Não creio que seja o meu caso. Por isto pretendo evitar o cânone e não pensar sobre ele. Uma política da filosofia pode ser entendida também no sentido subjetivo do genitivo: isto é, como uma for-

ma de *responsabilidade política* da filosofia (CHIGNOLA, 2014a). Por isso, devemos nos abrir para o mundo e não nos colocarmos dentro do cânone filosófico. Assim, gostaria de começar a falar sobre “biopolítica”.

A terceira preocupação que gostaria de citar está relacionada ao “estar no mundo” da filosofia. A ação de mapear é uma operação muito difícil, se entendermos que não existe uma posição protegida ou distante para avaliá-la. É ainda mais difícil se, como neste caso, os processos sobre os quais falarei estão em plena evolução e não podem ser fixados de forma unívoca. O mapa que vos apresento é um mapa de problemas, tendências, linhas de evolução. Sem nenhum caráter definitivo ou objetividade, pois carece destas possibilidades. Tento, desta forma, desvendar os fios de uma meada. Consciente de que é impossível encontrar a pista; o elemento que permite esclarecer o problema.

2. Somente em um segundo momento entrarei no mérito da questão biopolítica, saberes, subjetividade. Prefiro outro tipo de abordagem. A primeira coisa que me parece importante citar é como o termo biopolítica foi cunhado e utilizado, muito antes de Foucault, fazendo referência a uma implementação da ciência política. Esta deveria ter se aproximado do estatuto das ciências naturais e, assim, atualizar as suas ideias integrando-se aos elementos de “concretude” tratando o Estado como uma unidade orgânica radicada. Trata-se de uma história conhecida e já contada. A introdução do termo se refere ao racismo nazista e à remodelação dos saberes. Foi um cientista político sueco que cunhou o termo: Rudolf Kjellén. Para Kjellén, o Estado é visto como uma unidade orgânica supraindividual, baseada em uma identidade étnica, que o liga a uma “forma de vida”. As tensões sociais e os conflitos de interesses entre os grupos que o constituem, assim como as formas de cooperação entre os mesmos, demonstram a mesma intensidade dos fenômenos da vida e a sua caracterização como uma luta constante pela existência. “Biopolítica” é o termo que Kjellén introduz para identificar esta “biologização” do Estado (KJELLÉN, 1920, p. 93-94). Este tema é retomado nos anos 30 em “Zeitschrift für Geopolitik” de Karl Haushofer, professor e amigo de Rudolph Hess, como elemento integrante da teoria nazista de “Lebensraum”. “Biopolítica” e “geopolítica” nesta ocasião são definidas como as “bases de uma ciência natural do Estado”: a primeira, para denotar o desenvolvimento das unidades étnicas no tempo; a segunda, como uma chave para o estudo da distribuição no espaço. Ou seja, “Blut und Boden”. Talvez menos conhecido, mas não menos importante, é que nos Estados Unidos, sempre nos anos 30, a Rockefeller Foundation, cujo papel no financiamento dos estudos de biologia molecular foi particularmente importante naqueles anos, objetivava a sua valorização “política” para a melhoria do

controle social e o controle do comportamento humano. E ainda nos anos 60 do século passado, no quadro da ciência política americana, existia uma pressão em relação ao uso de conceitos e de métodos de pesquisa biológicos (etologia, genética, sociobiologia) para analisar e justificar os motivos da ação política (CUTRO, 2005; LEMKE, 2007).

Retomo estes eventos não somente para entender alguns elementos da história do conceito, mas para evidenciar dois fatos. Retomarei a primeira questão em seguida. Falar de biopolítica e de produção da subjetividade significa que devemos nos ater a uma *somatização* decisiva do sujeito. Uma somatização que não é somente um efeito da “racização” da população, como acontecia nos anos 30, também observada por Habermas, que a definiu como “eugenia liberal”, tendo sido relançada pelos processos de biomedicalização que marcaram as recentes transformações da medicina (HABERMAS, 2001). A segunda está ligada à história do conceito – o ponto de partida que diferencia o primeiro uso do termo que ultrapassou os anos 30 e retorna, tanto nos movimentos ecológicos da direita alemã dos anos 60 (em 1965 foi fundado o *Gesamtdeutsche Rat für Biopolitik*), quanto nos Estados Unidos dos anos 80, quando dentro da APSA, Associação dos cientistas americanos, foi instituída uma subseção “Politics and Life Sciences”, relançada com presteza e circulação globais.

Este ponto de partida pode ser rastreado no advento da biotecnologia e do sequenciamento do genoma humano. Não sou um biólogo, então as poucas coisas que eu falarei aqui, simplesmente li em outros lugares. Esta passagem me serve por dois motivos. O primeiro é a necessidade de assumir a mudança radical que foi introduzida em relação ao conceito de “natureza” e de “natureza humana” em particular. Enquanto era possível falar de biopolítica na perspectiva de uma implementação dos paradigmas da ciência política através da adoção de perspectivas, categorias ou conceitos retirados das ciências da vida, aqui lidamos com um paradigma científico diferente. A “natureza” ganha uma nova semântica em termos linguísticos e comunicativos, isto é, como uma sequência de informações. Como uma gramática. E é sobre essa materialidade – a materialidade do DNA e do DNA recombinante que as tecnociências produzem, identificando e isolando os genes, cortando-os, unindo-os, vetorizando-os e, finalmente, transferindo-os – iniciando uma significativa transformação dos regimes de acumulação de capital (SUNDER RAJAN, 2006). Proteômica, genômica, farmacologia pós-genômica são os saberes nos quais o biocapital investe, retranscrevendo as fronteiras entre o direito público e o privado. Patentes, “bio-banking”, novos “enclosures” dos *commons*, são, portanto, possíveis. Isso, novamente, não acontece de acordo com uma

sequência causal linear – como se fosse o próprio capital a promover este tipo de transformação, mas sim de acordo com a lógica de subdeterminação. A escolha das oportunidades de investimento, atratividade para o capital financeiro, inovação científica e tecnológica, projetos de abertura, agem circularmente, uns sobre os outros, abrindo novas fronteiras científicas e novas possibilidades de valorização ao mesmo tempo. Na composição técnica do “biocapital” são incluídas as máquinas (computadores, bancos de dados, laboratórios: uma enorme parcela de capital fixo), mas também uma parte significativa de capital de giro (*venture capital*, cuja mobilidade está relacionada à possibilidade de autovalorização e inovação, por exemplo).

O segundo motivo diz respeito ao polo que gira em torno desta circularidade. Trata-se, na verdade, de uma modalidade específica de produção de conhecimento e de subjetividade que os tornam possíveis. O “biocapital” seleciona e hierarquiza disciplinas e institutos de pesquisa, e transforma pesquisadores e acadêmicos em figuras empresariais que se alimentam desta mesma transformação e das oportunidades concretas de *business*. E mais. Este alimenta os processos de cooptação que recodificam, como *expertises* de negócios ou de governo, competências que eram na origem externas, ou institucionaliza especialidades e figuras de consultoria que dão um novo significado às próprias profissões médicas.

Alguns exemplos nos ajudarão a esclarecer o que quero dizer. Aqueles que estudaram os processos de biomedicalização possíveis através das tecnociências descobriram que aqui, mais uma vez, um limiar havia sido ultrapassado. Se a medicina, classicamente, trabalha com o código binário saúde/doença e com uma perspectiva biológica da “profundidade” – os órgãos internos, a visão da fisiologia e da anatomopatologia, a espessura dos tecidos, apenas para citar alguns dos elementos evidenciados por Foucault em *Naissance de la clinique* –, a Biomedicina opera independentemente do código binário saúde/doença e investe na “superfície” dos circuitos de informação onde a molecularização da biologia decompõe a unidade orgânica dos corpos tornando possível uma posterior circulação dos poderes e dos saberes. Os testes genéticos permitem uma indefinida abertura àqueles, usando um termo da bolsa de valores, que chamamos de *futures* da saúde (cálculo de riscos, predisposição ao desenvolvimento de doenças, terapias de prevenção, otimização dos déficits fisiológicos, potencialização farmacológica dos resultados), e traçam o perímetro de uma “cidadania biológica” que classifica os segmentos da população, governando-os conforme a disponibilidade de negociação com os novos poderes pastorais que lhes incitam à responsabilidade e ao cuidado consigo mesmo.

A perda de monopólio do médico em relação à saúde é compensada pela difusão de figuras e de profissionais híbridos (conselheiros, especialistas em testes, nutricionistas, técnicos) e corresponde aos processos de mercantilização e de marketing que se movem cada vez mais em direção ao privado e à empresa, dando um novo significado ao lucro, ao conjunto de benefícios para a saúde que eram de competência do Estado. Novamente: trata-se de um processo marcado por contradições e não devemos esquecer que este processo de “biomedicalização”, longe de ser linear, é evidentemente *estratificado* (ROSE, 2007). Ele está ligado à generalização de um modelo de medicalização da vida evidentemente expansiva – pois desta forma é ultrapassada a diferença entre o estado de saúde e o estado patológico em direção a um tratamento da vida em si, tendencialmente exposto ao risco de desenvolvimento de doenças, até porque o que se expande é um modelo, também institucional, de tratamento da saúde, cuja origem é ocidental e norte-americana –, sendo ao mesmo tempo disciplinado em relação a cada indivíduo e excludente em relação aos sujeitos ou classes que possam ser estigmatizados como resistentes, ou simplesmente impossibilitados de aderir ao seu paradigma cooptativo (CLARKE; SHIM; MAMO; FOSKET; FISHMAN, 2003).

É óbvio que o processo que liga os novos poderes pastorais dos especialistas da saúde à responsabilidade individual dos sujeitos e que podemos chamar de *o projeto biomédico de governamentalidade contemporânea da saúde* é feito através de potentes estruturas de exclusão. O estímulo à prevenção, à potencialização e à otimização (submeter-se aos *screenings*, fazer dietas alimentares saudáveis, aumentar o rendimento a níveis inimagináveis, ao doping, às *smart drugs*, ao metilfenidato, conforme procedimentos e posologias por todo o ciclo de vida individual) não pode ser para todos e todas e o preço a pagar é esta *biomedicalização excludente e exclusiva* que muitas vezes desmobiliza os médicos de base.

Este processo, mais uma vez, não percorre geografias lineares. Trata-se de uma fronteira – que é traçada entre quem recebe a “somatização” da existência singular que é produzida por estas “biopolíticas” materiais da vida e quem é impedido ou excluído – que divide blocos de população dentro das grandes metrópoles globais territorializando de forma diferenciada singularidade e classes. O desenho do espaço social derivante corresponde ao mapa de riscos que caracteriza o ambiente da regulação neoliberal.

Um segundo exemplo pode ser citado para ilustrar melhor ao que me refiro. Se é bastante claro que a linha entre a vida e a não vida avançou com as tecnociências médicas, tornando problemática a linha divisória

entre a vida, a morte e a não morte, talvez menos clara, mas mais útil para os propósitos de nossa discussão, é a problematização, produzida, por assim dizer, ao “contrário”, com a definição do conceito de “período perinatal”. A definição do “período perinatal” foi lançada na segunda metade do século XX, a partir das estatísticas sobre a mortalidade infantil. Era considerada pelas estatísticas como decrescente, mas permanente e concentrada nas primeiras semanas de vida. Assim a definição do período entre as últimas semanas de vida fetal e as primeiras de vida extrauterina era o único período “de risco” a ser monitorado. A crítica feminista chamou a atenção sobre o que devia ser analisado. Se tradicionalmente o momento do parto definia o ponto de separação entre a mãe e o(a) seu(sua) filho(a), com a definição biomédica de um “período perinatal” convencionalmente compreendido entre a vigésima oitava semana de gestação e o vigésimo oitavo dia de vida, foi fluidificada a relação entre interior e exterior, produzindo um efeito em cadeia sobre a mulher grávida, sobre o seu corpo, sobre a definição do sujeito vivo (o nascituro como “public fetus” de cujos cuidados se encarregam as autoridades, os tecnomédicos, as instituições sociais) (DUDEN, 1991), sobre a relação entre a mãe e o nascituro, e sobre as formas de mediação especializada que colaboram entre si.

Isso aponta, penso eu, não apenas para um dos efeitos da biomedicalização que mencionei acima (diagnóstico pré-natal, testes genéticos, análises do feto são, nos dias de hoje, ferramentas comuns do protocolo médico de tratamento de gestações, como se *todas* as gestações fossem de risco), mas também para o que são efetivamente os “biopoderes” (CHIGNOLA, 2014c, 2015b), isto é, aqueles fora do “estado de exceção”, conforme as análises de Agamben. Rabinow e Rose, por exemplo, atualizando as análises de Michel Foucault, as definem em operatividade contextual de três elementos: a) um discurso sobre “verdade” da “vida” citada por autoridades e poderes (no nosso caso: a vida do nascituro como “vida” efetiva que obriga a pensar que a criança no ventre da mãe é um sujeito “individual” e já separado dela); b) a existência de estratégias para promover a saúde, a vida e a cura; c) processos de produção de subjetividade – este é o elemento que mais me interessa – dentro dos quais os indivíduos são levados a “tomar conta de si mesmos”, em relação à saúde individual e coletiva (RABINOW; ROSE, 2003).

Podemos, através desta definição, analisar duas coisas. A primeira diz respeito ao que Foucault chama de “governamentalidade” e que, na ciência política contemporânea, é debatida como “governance”. A “governance”, sistema de governo pós-democrático, híbrida estruturas públicas e privadas em um mecanismo de cooptação em busca de consenso e

eficácia nas decisões políticas, sendo um dispositivo móvel que cruza os muitos pontos envolvidos pelo processo de regulamentação e que se liga diretamente, e, em particular, ao “governado” (CHIGNOLA, 2014b).

A segunda refere-se à maneira como é pensada a premissa de que o biopoder responsabiliza os indivíduos em relação aos “cuidados consigo mesmo”. Governar uma população com o objetivo de diminuir os riscos de saúde significa, em geral, desenvolver ferramentas de disciplina e ativar mecanismos de recuperação para aqueles que não respondem à imposição que o subjetiva e que o responsabiliza. Assim, temos algumas consequências relevantes: o “risco” é um componente decisivo de um dispositivo que agrupa a disciplina e a segurança. A definição do “período perinatal” se posiciona exatamente entre as duas tecnologias de poder de Foucault e contrapõe *Surveiller et punir* e os cursos dedicados a *Sécurité, Territoire et Population* (1977/78) e a *Naissance de la biopolitique* (1978/79). Em uma leitura superficial destes textos podemos identificar épocas diferentes no seu funcionamento. A segurança atua sobre a população mais do que sobre os indivíduos; a disciplina atua sobre o indivíduo, normatizando os excessos e mediando as responsabilidades e os papéis sociais.

Entendemos então o que está realmente envolvido na definição biomédica de “período perinatal”: de um lado um elemento estatístico que trata a mortalidade infantil como um risco social, calculado em termos de custos e benefícios, onde a “população” (sujeito coletivo como nos ensina Foucault) deve ser assegurada; por outro lado, um trabalho específico sobre a mãe, imediatamente responsabilizada pelo nascituro em relação aos seus comportamentos “de risco” (dieta, tabagismo, potencial de transmissão de doenças) e imediatamente atravessada pelos poderes e *expertises* que a submetem através da medicalização preventiva (uso de ácido fólico e outros suplementos) e *exames* (ultrassom, monitoramento, diagnóstico pré-natal), que regulam o corpo, *mas também a imaginação* da maternidade. A gravidez se torna um período para controlar e otimizar a população *ainda antes do* nascimento e a biopolítica, governando o desejo e o corpo da mãe, neste meio tempo, sujeitos ambos a poderes pastoraes de cura e de responsabilização, inclui ainda o nascituro considerado como feto (WEIR, 2006, p. 29).

O que significa para a mãe ser uma “boa mãe”, nós vemos ainda antes do parto e da experiência da maternidade, os poderes que analisam o feto, convencem a mãe a se submeter às terapias preventivas e à administração de medicamentos e suplementos, moldam a sua liberdade conforme a moda (as várias formas de parto natural que se tornam experiências “únicas” para o futuro da relação mãe/filho(a), a escolha da clínica

– para aqueles que, naturalmente, podem fazê-lo – um lugar central para evitar riscos ou para uma “melhor” experiência do parto; o bombardeio pró ou contra a vacinação, pró ou contra a amamentação, a favor ou contra o uso de mamadeira, para o armazenamento de células-tronco do cordão umbilical...), constroem com antecedência, abarrotando a mãe de responsabilidade em relação ao feto e tratando-o como se ele já fosse um sujeito vivo, as funções e tarefas já distribuídas no cuidado parental (GUARALDO; FORTI, 2006).

3. Dou-me conta de que contradisse a minha posição inicial. Era inevitável que eu terminasse com a fala de Foucault. Não somente toda a literatura com a qual tive contato em relação às políticas da vida, biomedicalização, ou “período perinatal” refere-se a Foucault (porém, não queremos fazer uma homenagem ao cânone de Foucault no debate filosófico sobre a biopolítica, e sim sobre a matriz canguilhemiana das reflexões de Foucault sobre a história da medicina e sobre a lógica do vivente), mas até o título que escolhi para a apresentação ecoa, seguindo a mesma linha de Kaushik Sunder Rajan, *Les Mots et les Choses*.

Aqui, Foucault, como sabido por todos e todas, identifica o nascimento das ciências da vida e o “salto” epistemológico induzido por ele em relação à idade clássica, referindo-se à biologia, economia política e filologia. A vida, o trabalho e a linguagem. Poderia dizer efetivamente que o fator determinado, em relação à biopolítica da vida, desde o sequenciamento do genoma, dos processos de aprimoramento que caracterizam o biocapital e dos circuitos de comunicação e mercantilização alimentados pela gramática do ser vivo isolado da biologia molecular e das tecnociências, aceleram e ultrapassam o limite da modernidade e dos seus saberes. Não sou fã do pós-moderno e, como disse acima, não acredito que a “biopolítica” represente uma época no processo da história. Eu acho que devemos falar de um dos elementos da história e do processo de capital. Um processo complexo, heterogêneo e multilateral.

Poder-se-ia dizer que até agora falei de “biopolítica” não somente sobre os componentes fundamentais da modernidade (por isto a referência a *Les Mots et les Choses*), mas também como um elemento de “racismo de Estado” ou daquilo que questiona o cidadão como um “vivente”, ligado ao *soma*. No mapa de referências de Foucault, a nossa cartografia, poder-se-ia dizer, foi se orientando sobre os pontos cardeais descritos em *Il faut défendre la société* (COURS, 1976-1977) e *La volonté de savoir*. Neste texto, em particular, Foucault se refere a um “seuil de modernité biologique” atravessado pela humanidade ocidental, e, novamente, por toda empresa em particular, referindo-se exatamente ao momento em que a “espécie”, como tal, se torna objetivo de estratégias políticas dedi-

cadadas. Por muito tempo – “pendant des millénaires”, escreve Foucault – o homem permaneceu na mesma situação descrita por Aristóteles: um animal vivente e capaz de uma existência política. O homem moderno, ao contrário, “est un animal dans la politique duquel sa vie d'être vivant est en question” (FOUCAULT, 1976, p. 191).

Procurarei neste ponto conclusivo da minha contribuição falar especificamente sobre a maneira como o “biocapital” – entendido aqui como um dispositivo de acúmulo e de valorização que se liga às tecnociências e ao “bio-valor” em relação ao vasto setor das patentes dos fármacos, da retirada e da privatização do código genético das ervas utilizadas na farmacologia tradicional dos Índios, das sementes dos organismos geneticamente modificados pelas biotecnologias, da coleta e armazenamento de seqüências de DNA, tecidos ou células-tronco (WALDBY; MITCHELL, 2006), da retirada e do tráfico (muitas vezes ilegal e que movimentam milhões de dólares) de órgãos para transplante (SCHEPER-HUGHES, 1993, 2000) – valoriza, como dizia, as qualidades especiais-específicas do homem como ser vivo, isto é, o potencial afetivo-relacional, a habilidade cognitiva, a linguagem.

A língua alemã possui dois termos que significam “corpo”: “Körper” e “Leib”. Eles remetem a duas semânticas radicalmente diferentes. “Körper” está ligado ao latino *corpus*, ao cadáver ou à estrutura anatômica do corpo. “Leib” é um termo que não possui um correspondente em latim, tem raiz gótica *\*leif* do qual deriva “Leben”, “vida”, assim como o termo em inglês “life” (KLUGE, 1899). Quando Marx, no primeiro livro do capital, fala da força de trabalho, fala de uma potência que é imanente e inerente a “lebendliche Leiblichkeit” – isto é: à “vivente corporalidade” – do indivíduo. Corpo, aqui, não significa a simples estrutura de alavancas e articulações ligadas ao esqueleto. Quando Marx vai se referir a “Körper”, ele o fará para aludir ao cadavérico corpo de produção que, para funcionar – e, portanto, para se redeterminar como um “corpo” –, vampirizará o sangue do trabalhador.

A força de trabalho é uma aptidão armazenada na “lebendliche Leiblichkeit” do homem, não termina com uma série de atividades de trabalho ou operações. Ela designa a genérica faculdade de produzir que permeia a natureza humana. A força de trabalho é, portanto, entendida por Marx no sentido da *dynamis* aristotélica: como uma potência ou capacidade. Mais precisamente, como a “soma de todas as aptidões físicas e intelectuais que existem na forma de realização de um homem” (“Inbegriff der physischen und geistigen Fähigkeiten, die in der Leiblichkeit, der lebendigen Persönlichkeit eines Menschen existieren”, escreve Marx) (MARX, 1962, p. 181). Este ponto me parece decisivo. O que entra em discussão

é a especificidade da natureza humana como potência de relação e como potência de produção. Marx utiliza o termo “lebendige Leiblichkeit” remetendo àquelas forças plásticas que identificam contemporaneamente o ser humano como um sistema de estruturas anatômicas (“músculos, nervos”) e como uma faixa de dispositivos linguístico-cognitivos (“cérebro”, escreve Marx).

O que precede a ação do trabalho operário é a subsunção da força de trabalho ao capital, isto é, a realização das condições controladas de modo que aquele poder faça parte do processo. O capitalista não compra este ou aquele desempenho. Ele compra a produtividade indeterminada que faz parte do poder na natureza humana. A possibilidade de produzir, que ainda não é aplicada, está no centro da troca entre o capitalista e o trabalhador (VIRNO, 2004). O objeto da compra e venda não é de fato um trabalho realmente executado – o local onde se esgota um poder –, mas a genérica *dynamis* produtiva que faz parte da vida (“Leben”) e que o capitalista pode colocar em ação para obter mais-valia enquanto é desprovida da sua generalidade. O substrato material que é inerente a este poder é a natureza do homem vivo: o que seu corpo – aqui entendido como “Leib” e não como “Körper” – pode fazer (CHIGNOLA, 2015c). A lacuna entre o poder e o ato do trabalho, entre a força adquirida e a força de trabalho trocada se dá através da produção de mais-valia: é somente nessa passagem, nos diz Marx, que se produz capital.

Nesta pequena passagem pelos fundamentos marxistas, podemos destacar duas coisas. A primeira é como a obtenção da mais-valia é possível graças à “captura” dos seres vivos. Ao capital – e, especialmente, à sua versão “biocapital” – interessa a força de trabalho, mas se mantida na sua generalidade – ao seu *poder* –, e não esgotado nesta passagem. A segunda é que esta “captura” requer um “governo” dos seres vivos que mudará a sua forma quando as estruturas e os processos de acumulação também mudam. Aqui deriva uma série de consequências no que diz respeito ao tema em consideração. É possível falar em “biopolítica”, de qualquer forma, já com Marx. E mais: estou convencido de que Foucault, em particular quando fala de “disciplina” e de “biopoder”, reelaborou as indicações marxistas (CHIGNOLA, 2014d). O tema “assujettissement” – e a produtividade do poder que na moderna “fábrica de indivíduos”, como Foucault tanto falou, não deve ser entendido em termos repressores – faz parte da *trans-formação* do agricultor em soldado, do analfabeto em aluno, do vagabundo em operário. Trata-se de uma questão central na análise de Foucault, em relação à penalidade, como aparece especialmente em *Cours* dedicado por Foucault em 1972/73 e *La société punitive*. Nesta obra, seguindo o autor Edward P. Thompson (THOMPSON, 1963) e Marx,

Foucault coloca o problema da genealogia *gemellare* de forma-prisão e forma-salário e da subsunção do tempo de vida em relação ao tempo de trabalho (FOUCAULT, 2013, p. 72). Pois bem: se parece simples entender o que Marx chama de “subsunção real” do trabalho ao capital, do poder do corpo operário, para que seja entendido como um sistema de máquinas e incluído na jornada de trabalho, se torna mais difícil – questão discutida por boa parte do marxismo contemporâneo – entender como é definido o “capitalismo cognitivo” (MOULIER-BOUTANG, 2008; NEGRI; VERCELLONE, 2008; FUMAGALLI, 2015). Nos regimes pós-fordistas de produção os muros das fábricas tombam e a cooperação dos indivíduos se torna imediatamente a mais-valia. Com esta, o que marcará o homem espécie-especificamente como “animal” vivo e falante: as emoções, a capacidade de relações, a linguagem.

Nós estamos, em alguns aspectos, próximos a mais um limiar; próximos a outro “campo” da sobredeterminação capitalista. Quem posta no Facebook, ou faz o upload de um vídeo no Youtube, ou alimenta a infosfera com um Tweet, o faz de forma livre; faz isto no que considera o seu tempo livre. No entanto, “trabalha” no sentido de que produz valor para a propriedade das *mídias sociais* que capturam e exploram a livre cooperação dos indivíduos, sem a necessidade – herança de uma outra fase ou de outros segmentos da composição do capital – de organizar ou de “comandar”, organizando o seu próprio tempo. Quando isso acontece, como em muitos setores do conhecimento ou nos setores produtivos altamente automatizados, o empregado é convidado à inovação, deve ser ágil e colaborativo; ele é convidado, em outras palavras, a valorizar as características neotécnicas que fazem do homem um animal em constante evolução porque está constantemente “aberto” em relação ao ambiente e não preso como um animal, como o carrapato de Uexküll, que expandirá a filosofia da metade do século XX (de Heidegger a Deleuze), dentro do círculo de desinibidores (UEXKÜLL, 1934). Sobre estas características filogenéticas da sua “natureza” se fixam as operações de *extração* do capital (MEZZADRA; NEILSON, 2013b). O biopoder se liga ao trabalho de tipo difuso, livre, precário. O seu modelo: o empreendedorismo autônomo.

Quando Foucault fala explicitamente de “biopolítica”, dedicando a *Naissance o Cours* de 1978/79, é sobre a genealogia desta subjetividade que se entende tratar. Trata-a, como sempre, ao estudar a relação que se instaura entre as novas tecnologias de poder neoliberal – tecnologias ligadas à perda da soberania do Estado e na preparação de estratégias mercantilistas de regulação – e os processos de subjetivação por elas ativados. O governo neoliberal trabalha em cima da liberdade. Não no sentido da legalização abstrata dos “direitos” de liberdade, mas na preparação

indireta – como o ordoliberalismo alemão – de um “ambiente” no qual se possa expandir a livre ação das singularidades. Assim temos a definição de Foucault de governamentalidade liberal, ou seja, os “consumidores de liberdade” (“consommatrice de liberté”): para que ela seja exercida é necessário que exista liberdade (liberdade de mercado, liberdade de propriedade, liberdade de empresa) e deve, portanto, abrir-se constantemente às possibilidades ambientais da liberdade e reproduzi-la antes de tudo em relação ao indivíduo.

A governamentalidade neoliberal organiza e gerencia as condições que tornam possível que cada indivíduo *seja livre para ser livre* (“Je vais faire en sorte que tu sois libre d’être libre”, escreve Foucault) (FOUCAULT, 2004, p. 65). Isto é, agir livremente em um sistema de relações livres. Ela não planifica um trabalho, mas trabalha como um planejamento estratégico das coordenadas globais para a livre concorrência dos interesses individuais.

Dá a importância dessas análises de Foucault – que não dependem desta vez de Canguilhem, mas sim de Nietzsche, segundo outra diretriz de Foucault sobre a “vida” – em relação à subjetividade. Produzir liberdade – e não fabricar pessoas ou disciplinar corpos, como acontece em outros dispositivos analisados por Foucault – significa não proporcionar as condições conjuntas, porque a liberdade, *que já existe*, existe, mas trabalhar para manter as possibilidades abertas ao exercício individual. Significa identificar o espaço econômico em cada sujeito e governar os riscos que a liberdade tem, não em referência a regimes jurídicos universais, mas à *individualização da responsabilidade do seu exercício*.

Vale a pena notar que nem a noção de interesse permite que a ação do governo seja ancorada a uma referência objetiva. O interesse que o neoliberalismo assume como conceito fundamental é pensado em termos de “vontade” (“une forme de volonté à la fois immédiate et absolument subjective”, escreve Foucault) (FOUCAULT, 2004, p. 277) e escapa dos esquemas representativos de equivalência. A desigualdade (de vez em quando os próprios interesses em jogo, o desempenho individual, os objetivos individuais) é o motor da concorrência, e isso significa que abandonando a sua universalidade de equivalência, o direito age apenas como uma proteção de um espaço diferencial, transcrito a partir da subjetividade.

Isto significa que a mesma “sociedade” a que se dirigem as tecnologias governamentais não pode ser limitada reconhecendo e recompondo os interesses nela presentes em uma tradicional mecânica de equilíbrio possível graças à troca e à uniformidade das mercadorias, mas deve ser produzida como um sistema múltiplo de “empresas” individuais indexadas

na diferenciação das opções e das escolhas subjetivas (FOUCAULT, 2004, p. 154-155). “A sociedade não existe”, dizia Margaret Thatcher, que considerava somente os indivíduos privados (“They are casting their problems on society and who is society? There is no such thing! There are individual men and women there are families and no government can do anything except through people and people look to themselves first”) (THATCHER, 1987).

Da análise de Foucault parece particularmente relevante o que segue, conforme o objeto em questão. A governamentalidade neoliberal trabalha em um constante ajuste entre mercado e formas de subjetividade. Daí o léxico do “capital humano” que permite uma ponte entre a somatização do indivíduo (pensado em termos de eugenia liberal e de acordo com as tecnologias de “enhancement” promovidas pela mesma, como uma performance corporal, hiperconectável e conectada, um corpo cyborg, embora diferente da apologia de Donna Haraway, em meados dos anos 80 (HARAWAY, 1991, p. 149-181) quando falava do seu “governo” para os fins de empresa.

O sujeito, considerado uma *empresa individual* através de uma nova semântica, não é apenas um esquema teórico, mas a prática real de um novo direito do trabalho através do desmantelamento das instituições neoliberais de welfare e dos direitos sociais encabeçados pelo Estado, devendo ser produzido e treinado como “livre” *para esta forma específica de liberdade*. O capital humano deve ser formado. E para isto é necessária a intervenção constante do governo. Um constante “governo de si”, visto que o que interessa está transcrito em termos de “vontade”, vontade de movimento, de inserção, de cínica capacidade de aproveitar as ocasiões, uma vontade de colocar-se no jogo da concorrência; e um “governo” capaz de levar esta dinâmica específica de individuação, recrutando saberes específicos em termos de educação, formação, valorização dos recursos humanos (FOUCAULT, 2004, p. 235-236). Poderia dar muitos exemplos, retirados especialmente das teorias da *New Public Management* que orientam muitos processos de desestruturação e reforma de institutos de educação superior na Europa e em outros lugares. Nesta ocasião, porém, não terei tempo para isto.

Permitam-me, no entanto, concluir esta apresentação com algumas observações. A primeira diz respeito ao que se obtém desta específica forma de disciplinamento e de captura da vida. Trabalhar em relação à produção do sujeito como um único meio para melhorar a adaptabilidade do mesmo ao ambiente do mercado. E isso não significa apenas fazê-lo investir em si mesmo, responsabilizando-o pela sua própria liberdade, mas significa, acima de tudo, subordinar as suas características antropo-

lógicas e animais (a plasticidade, a neotenia, o poder de processamento simbólico-comunicativo) ao regime de acumulação posto em prática como uma resposta à “insubordinação” operária dos anos 70. A segunda está ligada ao descarte. Isto é, o *resultado* deste processo no qual a governamentalidade liberal não assume as responsabilidades, delegando-as à autonomia do mercado e dos indivíduos que nele agem, mesmo quando estes se tornam trabalhadores, precários, devedores (LAZZARATO, 2011) ou assumem posições subordinadas.

Aqueles que permanecem à margem, o fazem por “vontade” própria, se a vontade é o pivô do processo disciplinar que cria o indivíduo como uma empresa, ou ainda como incapaz, isto é, como “vida” que será tratada em termos simplesmente humanitários. Uma crítica relativa à razão humanitária – se a razão humanitária significa tratar as desigualdades e as suas causas não em termos de conflito, mas como um veículo para a proliferação da intervenção compassiva do governo em vista da sobrevivência do indivíduo e, com este, a criação dos mesmos mecanismos que as desigualdades e as emergências geram e reproduzem (FASSIN, 2011) – me parece urgente a crítica da soberania construída sobre o paradigma do *homo sacer*. Mais do que a vida passível de morte, é a vida *sobrevivente* que estabelece o regime de “biolegitimidade”, conforme Didier Fassin, onde se trabalham os mecanismos de inclusão diferencial da contemporaneidade.

Existia vida aqui, às margens de Porto Alegre – não sei se ainda existe –, uma zona de animalização e de sobrevivência descrita pelo antropólogo Joao Biehl na metade dos anos 90 do século passado, onde os doentes com AIDS, loucos e outros destruídos viviam antes do tempo a decomposição dos laços sociais e, em muitos casos, a dos próprios corpos (BIEHL, 2005). E *vida*, em latim, palavra que não tem diferença entre *bios* e *zoé* do grego antigo, significa tanto a existência quanto o ser, na vida, e a humanidade, o gênero humano na sua totalidade. Se for verdade que a questão da “biopolítica” é a questão da topologia do Político – a questão da *fronteira*, não dos limites, onde se confrontam diferentes sinais da relação entre natureza e cultura, biologia e direito, entre animalidade e cidadania, entre vida sobrevivida e vida digna – essa topologia, com a distribuição de posições que a conota, pode e deve ser invertida. Para fazer isso é necessário que liberdade e igualdade voltem a ser projetos de conflito. Onde também a filosofia, fora do seu cânone acadêmico, volte a assumir as suas responsabilidades.

## Referências bibliográficas

- Althusser L. (1965), *Pour Marx*, Paris, Maspero.
- Biehl J (2005), *Vita. Life in a Zone of Social Abandonment*, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press.
- Chignola S. (2014a), *Política de la filosofía*, «Caja Muda», n. 6: <http://www.revista-cajamuda.com.ar/archivos/N6DANZA/N6TRROVELLI.pdf>.
- Chignola S. (2014b), *A la sombra del estado. Governance, gubernamentalidad, gobierno*, «Utopía y Praxis Latinoamericana. Revista internacional de filosofía iberoamericana y teoría social», 19, 66: 37-51.
- Chignola S. (2014c), *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze*, Cadernos IHU Ideias, ano 12, 214, vol. 12: 3-18.
- Chignola S. (2014d), *Foucault oltre Foucault. Una politica della filosofia*, Roma, DeriveApprodi.
- Chignola S. (2015a), *¿Italian Theory? Elementos por una genealogía*, «Pasajes: revista de pensamiento contemporáneo» (en prensa).
- Chignola S. (2015b), *Regra, Lei, Forma-de-Vida. Sobre Agamben: un seminário*, in Esio Salvetti (coord.), *Agamben*, Passo Fundo, Editorial IFIBE (en prensa).
- Chignola S. (2015c), *Body Factories*, in Carlos Ruta – Gert Melville (Eds.), *Thinking the Body as a Basis, Provocation and Burden of Life. Studies in Intercultural and Historical Contexts*, Berlin - New York, De Gruyter (en prensa).
- Clarke A., Shim J. K., Mamo L., Fosket J. R., Fishman J. R. (2003), *Biomedicalization: Technoscientific Transformations of Health, Illness and U. S. Biomedicine*, «American Sociological Review», 68, 2: 161-194.
- Cutro A., (2005), a c. di, *Biopolitica. Storia e attualità di un concetto*, Verona, ombre corte.
- Dardot P., Laval Ch. (2009), *La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*, Paris, La Découverte.
- Deleuze G., Guattari F., *Capitalisme et schizofrénie 2: Mille plateaux*, Paris, Minuit.
- Duden B. (1991), *Der Frauenleib als öffentlicher Ort. Vom Mißbrauch des Begriffs Leben*, Luchterhand, Hamburg.
- Fassin D. (2011), *Humanitarian Reason. A Moral History of the Present*, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press.
- Foucault M. (1976), *Histoire de la sexualité. 1. La volonté de savoir*, Paris, Gallimard.
- Foucault M. (2004), *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France, 1978/79*, édition établie sous la direction de F. Ewald et A. Fontana par M. Senellart, Paris, Gallimard /Seuil.
- Foucault M. (2013), *La société punitive. Cours au Collège de France, 1972-73*, édition établie sous la direction de F. Ewald et A. Fontana par B. E. Harcourt, Paris, EHESS / Gallimard / Seuil.
- Fumagalli A. (2015), *La vie mise au travail: nouvelles formes du capitalisme cognitif*, Paris, Eterotopia.
- Gentili D. (2012), *Italian Theory. Dall'operaismo alla biopolitica*, Bologna, Il Mulino.
- Gentili D., Stimilli E. (2015), *Differenze italiane. Politica e filosofia: mappe e sconfimenti*, Roma, Derive Approdi.

- Guaraldo O., Forti S. (2006), *Rinforzare la specie. Il corpo femminile tra biopolitica e religione materna*, «Filosofia politica», 1: 57-78.
- Habermas J. (2001), *Die Zukunft der menschlichen Natur. Auf dem Weg zu einer liberalen Eugenetik?*, Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- Haraway D. (1991), *Simians, Cyborg and Women. The Reinvention of Nature*, London-New York, Routledge.
- Kjellén R. (1920), *Grundriß zu einem System der Politik*, Leipzig, S. Hirzel Verlag.
- Kluge F. (1899), *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*, sechste verbesserte und vermehrte Auflage, Straßburg, Trüber.
- Lazzarato M. (2011), *La fabrique de l'homme endetté: essai sur la condition néolibérale*, Paris, Amsterdam.
- Lemke Th. (2007), *Biopolitik. Zur Einführung*, Hamburg, Junius Verlag.
- Marx K. (1962), *Das Kapital*, in *Marx Engels Werke*, hrsg. von Institut für Marxismus-Leninismus beim ZK der SED, Band 23, Berlin, Dietz Verlag.
- Mezzadra S., Neilson B. (2013a), *Borders as Method, or, the Multiplication of Labor*, Durham, Duke University Press.
- Mezzadra S., Neilson B. (2013b), *Extraction, Logistics, Finance. Global Crisis and the Politics of Operations*, «Radical Philosophy», 178: 8-18.
- Moulier-Boutang Y. (2008), *Le capitalisme cognitif: la nouvelle grande transformation*, Paris, Amsterdam.
- Negri A., Vercellone C. (2008), *Le rapport capital/travail dans le capitalisme cognitif*, «Multitudes», 32, 1: 39-50.
- Rabinow P., Rose N. (2003), *Thoughts on the Concept of Biopower Today*, <http://www.lse.ac.uk/sociology/pdf/RabinowandRose-BiopowerToday03.pdf>.
- Rose N. (2007), *The Politics of Life Itself. Biomedicine, Power, and Subjectivity in the Twenty-First Century*, Princeton, Princeton University Press.
- Scheper-Hughes N., (1993), *Death without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil*, Berkeley, University of California Press.
- Scheper-Hughes N., (2000), *The Global Traffic in Human Organs*, «Current Anthropology», 41, 2: 191-211.
- Sunder Rajan K. (2006), *Biocapital. The Constitution of the Postgenomic Life*, Durham, Duke University Press.
- Thatcher M. (1987), *Interview for Woman's Own* («No such thing as society»), <http://www.margarethatcher.org/document/106689>.
- Thompson E. P. (1963), *The Making of the English Working Class*, London, Victor Gollancz / Vintage Books.
- Uexküll J. von (1934), *Streifzüge durch die Umwelten von Tieren und Menschen: Ein Bilderbuch unsichtbarer Welten*, Berlin, Springer.
- Virno P. (2004), *A Grammar of the Multitude. For an Analysis of Contemporary Forms of Life*, Los Angeles, Semiotext(e).
- Waldby C., Mitchell R. (2006), *Tissue Economies: Blood, Organs and Cell Lines in Late Capitalism*, Durham, Duke University Press.
- Weir L. (2006), *Pregnancy, Risk and Vital Politics. On the Threshold of the Living Subject*, Abingdon – New York, Routledge.



## CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 05 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krichke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymond Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção sociotária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éida Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O crescimento como condição de uma sociedade convívio* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marín Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janelas: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de modelos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guarani* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaikowá e guarani Te'yikue no município de Caaraó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Máio Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodani
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ángel Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odello Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada



**Sandro Chignola** é professor de Filosofia Política no Departamento de Filosofia, Sociologia, Pedagogia e Psicologia Aplicada na Universidade de Pádua (Università di Padova) – Itália. É doutor em História do Pensamento Político. Realizou pós-doutorado na École des Haute Études en Sciences Sociales e na École Normale Supérieure de Lettres et Sciences Humaines. Faz parte do Conselho Editorial de várias revistas, incluindo: Filosofia Política, Contributions to the History of Concepts, Política & Società, Materiali foucaultiani, Res Publica: Revista de Filosofia Política.

### **Algumas obras do autor**

CHIGNOLA, S. Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze. Tradução de Sandra Dall Onder. In: Cadernos IHU Ideias. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU, ano 12, n. 214, 2014.

\_\_\_\_\_. Michel Foucault e la politica dei governati. Governamentalità, forme di vita, soggettivazione, in Pensare il presente, riaprire il futuro. Percorsi critici attraverso Foucault, Benjamin, Adorno, Bloch, a c. di Giulia Gamba, Giuseppe Molinari, Matteo Settura, Milano, Mimesis, 2014, pp. 99-137.

\_\_\_\_\_. Governabilità. Della resistenza irriducibile del governato, in Genealogie del presente. Lessico politico per tempi interessanti, a c. di Federico Zappino, Lorenzo Coccoli e Marco Tabacchini, Milano, Mimesis, 2014, pp. 113-123.

### **Outras publicações**

CHIGNOLA, S. Reinventar a liberdade, reinventar a si próprio. [14/09/2015]. Entrevistadores: Márcia Junges e Ricardo Machado. Tradução: Sandra Dall Onder. Revista IHU On-Line, nº 456. São Leopoldo, Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

\_\_\_\_\_. Uma antropologia processual para pensar novos sujeitos e o comum. [28/09/2015]. Entrevistador: Patrícia Fachin. IHU On-line. São Leopoldo, Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

\_\_\_\_\_. É preciso reinventar a democracia à altura do século XXI. [22/09/2014] Entrevistadores: Márcia Junges e Patrícia Fachin. Tradução de Moisés Sbardelotto. IHU On-line. São Leopoldo, Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



**UNISINOS**